

# A Batalha do Atlântico e o Brasil na II Guerra Mundial

**Victor Thomaz Freire**

Possui graduação em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2003), Pós-graduação Lato Sensu em História das Relações Internacionais pela UERJ (2005) e mestrado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2007). Atualmente é professor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Maricá e pesquisador da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

## RESUMO

O presente artigo analisa as decisões estratégicas navais da Alemanha para o Ocidente durante a Segunda Guerra Mundial, especialmente após a invasão da URSS por suas forças militares e a entrada dos EUA no conflito. Destacamos o emprego dos submarinos como a principal arma de guerra naval no Atlântico e o crescimento gradativo das ações submarinas na parte sul daquele oceano e, por fim, a entrada do Brasil na guerra.

**PALAVRAS-CHAVE:** Segunda Guerra; Batalha do Atlântico; Guerra Submarina

## ABSTRACT

This article analyzes the strategic decisions naval Germany to the West during the Second World War, especially after the invasion of the USSR by its military forces and U.S. entry into the conflict. We emphasize the use of submarines as the main weapon of naval warfare in the Atlantic and the gradual increase of the underwater action in the southern part of that ocean, and finally Brazil's entry in the war.

**KEYWORDS:** Second War, Battle of the Atlantic; Undersea Warfare

## A ESTRATÉGIA ALEMÃ NA BATALHA DO ATLÂNTICO

De uma forma geral, são sobejamente sabidas as razões que motivaram o brasileiro a declarar estado de beligerância com a Alemanha e a Itália, em 22 de agosto de 1942: tal decisão se deu após sucessivos ataques, por submersíveis alemães, a navios e a frota mercante nacional no decorrer daquele ano, processo que atingiu seu clímax com o afundamento de cinco navios e uma barcaça, no litoral da Bahia e de Sergipe, em menos de cinco dias (15 a 19 de agosto), e que redundou na perda de centenas de vidas<sup>1</sup>. É muito menos conhecida, todavia, a conexão que liga estes afundamentos com a alteração na estratégia de guerra alemã ocorrida, fundamentalmente, pela incapacidade das *Wermacht*<sup>2</sup> em obter, de forma célere, a almejada vitória contra o adversário soviético em 1941, repetindo o ocorrido até então em todas as campanhas militares alemãs no continente europeu.

A *Blitzkrieg*<sup>3</sup> não foi simplesmente uma mera tática militar revolucionária, empregada para bater exércitos inimigos. Subjacente à eficiência militar alemã nos campos de batalha, havia uma estrutura econômica engendrada para suprir forças armadas capazes de vencer guerras rápidas e localizadas, contra um inimigo de cada vez. A experiência da Primeira Guerra Mundial deixara nas lideranças nazistas a ideia de que uma guerra longa, de desgaste, em muitas frentes e contra uma coalizão de inimigos levaria, quase que certamente,

à derrota das armas alemãs. Para a Alemanha, situada no centro do continente europeu, a melhor estratégia era a de combater e vencer seus inimigos separadamente, de forma que eles não pudessem mobilizar de maneira conjunta os seus recursos materiais e humanos claramente superiores.

Sob o prisma econômico, a mobilização bélica total não era desejável, nem conveniente, aos alemães. A mudança de inimigo, muitas vezes efetivada pela via diplomática, requeria grande flexibilidade na produção de materiais bélicos. Evidentemente que os equipamentos e as armas adequados a uma confrontação com a URSS eram, pela própria natureza do campo militar, bem distintos daqueles a serem empregados em uma eventual invasão às Ilhas Britânicas. Ademais, apesar de a produção da economia totalmente mobilizada ser muito superior à de uma semimobilizada, esta última tinha maior facilidade em reverter o tipo de equipamento produzido, o que era extremamente desejável. Vale ressaltar, também, a forte mobilização interna para a manutenção desta situação de semimobilização: Hitler acreditava que uma das razões para a derrota de 1918 havia sido a sublevação popular contra o governo alemão nos últimos meses da guerra, fruto da carestia no país face às demandas e restrições impostas por uma contingência de guerra total. Não era conveniente, 20 anos depois, assacar pressões semelhantes à população, o que se pode verificar pelo fato de até uma fase bem adiantada da guerra, o civil alemão ter desfrutado de um padrão de vida bastante confortável para tempos de guerra. Os gastos com consumo mantiveram-se inalterados até o ano de 1942<sup>4</sup>.

A confrontação bélica da Alemanha contra a França e a Inglaterra, materializada a partir de setembro de 1939, absolutamente não alterou o ritmo da economia alemã, e todas as esfuziantes vitórias alcançadas nos anos de 1940 e 1941 pareciam corroborar o acerto da decisão tomada. No entanto, a incapacidade alemã para derrotar rapidamente a URSS, patenteada no inverno de 1941/1942, momento em que o próprio Exército Vermelho desfechava suas primeiras ações de caráter ofensivo, demonstrou na prática que a estratégia da *blitzkrieg* chegara ao fim. Fazia-

se mister estruturar a Alemanha para uma longa guerra de desgaste no leste, o que implicava na mobilização de todos os recursos disponíveis do III Reich para uma guerra total. Em janeiro de 1942, através da ordem *Rüstung*, Hitler reconhecia esta circunstância e, a partir dela, procurou mudar o andamento da economia alemã<sup>5</sup>.

Os objetivos e recursos disponíveis pela *Kriegsmarine*<sup>6</sup> durante os primeiros anos de guerra devem ser analisados a partir do que foi exposto acima. Em janeiro de 1939, numa fase de preparação para um eventual futuro conflito com os britânicos, o governo alemão autorizara prioritariamente um grande programa de construção naval (o Plano Z), cujo foco estava na construção de gigantescas belonaves de superfície<sup>7</sup>. Mas o início da guerra, alguns poucos meses depois, forçou temporariamente a interrupção do projeto. A esquadra que ficou disponível para que os marujos alemães empreendessem a guerra era absolutamente inapropriada, o que levou o Almirante Raeder, comandante da Marinha de Guerra, a afirmar que “as forças de superfície só mostravam que [os marujos] iam morrer com bravura”<sup>8</sup>. Com o decorrer do conflito, as ações para o desencadeamento do Plano Z se desenvolveram de maneira errática, com inúmeras paradas e recomeços. Simultaneamente, após cada campanha terrestre, os recursos materiais disponíveis eram canalizados para a construção de navios, o que novas demandas para ofensivas frequentemente levassem ao redirecionamento da produção bélica nacional<sup>9</sup>. A última e definitiva efetivação do Plano Z deu-se, curiosamente, durante o avanço alemão contra a URSS no verão de 1941. O retumbante sucesso da campanha, em suas primeiras semanas, deixava entrever um sucesso no Leste ainda mais espetacular do que aquele obtido frente à França, e era racional, portanto, recomeçar a preparação naval para o embate marítimo contra os britânicos. Meses depois, em razão da resistência soviética cada vez mais encarniçada, a prioridade na produção de armas foi mais uma vez invertida e o Plano Z foi arquivado. Em dezembro de 1941 ficou claro que, desta vez, o arquivamento seria definitivo. Juntamente com a perspectiva

de uma longa e excruciante guerra no Leste da Europa contra os soviéticos, tinha-se de considerar, também, o fato de que os Estados Unidos estavam agora formalmente na guerra. A melhor maneira de empreender a guerra contra os norte-americanos, imediatamente, era lançando uma ofensiva submarina contra seus navios mercantes.

A guerra no Leste iria, indubitavelmente, tragar a maior parte dos recursos humanos e materiais da Alemanha até o final do conflito. Naquele front comprometer-se-ia e seria consumido o grosso dos efetivos do Exército<sup>10</sup> e da *Wehrmacht*. À *Kriegsmarine* era dado um papel de guarda na subordinação direta às circunstâncias e necessidades da guerra no Leste. A meta da Marinha alemã era a de efetuar uma guerra total contra as linhas de comunicação dos aliados no Atlântico.

A batalha a travar-se-ia no comércio naval aliado tinha função estratégica, tanto ofensiva como defensiva. Era ofensiva quando visava, como resultado mais imediato, a estrangular por completo a comunicação marítima aliada no Atlântico Norte o que levaria ao isolamento soviético de qualquer contato com seus aliados atlânticos pela via marítima e poderia até vir a forçar os ingleses a um pedido de paz, caso as perdas navais se elevassem a níveis que comprometessem a vida e o esforço de guerra das Ilhas Britânicas. Era defensiva porque, caso o índice de afundamento de navios não fosse capaz de colimar o objetivo supracitado, ele deveria, ao menos, garantir que a frota mercante aliada se mantivesse suficientemente pequena para, assim, impedir o planejamento e a execução, por parte de ingleses e norte-americanos, de qualquer operação militar anfíbia no Atlântico que visasse à abertura de uma segunda frente no continente europeu, fato que obrigaria as Forças Armadas alemãs a dividirem-se por duas frentes de combate, uma no Leste e outra no Oeste, destarte redundando em uma derrota certa e rápida.

A experiência adquirida nos primeiros anos de guerra já demonstrara que a arma mais apropriada para empreender a guerra contra a Marinha Mercante aliada era o submarino. Em termos de custo/benefício, não havia nenhum equipamento mais pro-

duativo e adequado. Após o afundamento do encouraçado *Bismarck*, a maior belonave da *Kriegsmarine*, e das graves avarias causadas ao *Scharnhorste* ao *Gneisenau*, em maio de 1941, nenhum outro grande vaso de superfície seria mais autorizado a efetuar sortidas atlânticas contra a navegação aliada. Em 1942, os poucos navios de guerra restantes foram alocados no Báltico e no litoral norueguês, onde atuariam primordialmente como força dissuasória a um possível desembarque aliado no país. Subsidiariamente, deveriam também auxiliar na interceptação de comboios aliados que cruzavam ao largo da costa norueguesa em direção ao porto russo de Murmansk, carregados com armas e equipamentos destinados a reforçar as tropas soviéticas em sua guerra contra os alemães.

Paralelamente, o prestígio dos comandantes e defensores da arma submarina crescia dentro do alto-comando alemão. Isso se dava, em grande medida, face à marcante eficiência desta arma até aquele momento e da confiança nela depositada pelas autoridades do Reich, crenças no seu potencial para até mesmo decidir a guerra. Prova disso foi a meteórica ascensão do comandante da submarina alemã, Almirante Karl Dönitz. Em janeiro de 1943 ele tornou-se o chefe do Estado Maior da Armada e ao final de 1943 foi indicado por Hitler, em seu testamento político, como seu sucessor direto no governo. Em maio de 1942, Hitler comentava que a guerra submarina era o segundo mais importante objetivo militar alemão, superado apenas pela ofensiva de verão que o Exército se preparava para lançar no setor sul da frente ocidental.

O aumento na produção de submarinos e o fim das barreiras políticas à utilização de tal equipamento contra a marinha mercante aliada, juntamente com o abandono de qualquer projeto de construção naval mais audacioso visando a desafiar a supremacia naval das potências ocidentais, são características da estratégia naval alemã que devem ser entendidas como a outra face da mesma moeda, que cunhava, em seu lado mais importante, as necessidades da desgastante guerra terrestre contra os russos no Leste europeu. Compreende-se, portan-

to, por que na mencionada diretiva *Rüstung*, difundida em janeiro de 1942, a prioridade no incremento da produção de material bélico fosse dada à confecção de tanques e veículos blindados, necessários para a campanha contra os russos, e de submarinos, para a Batalha do Atlântico. Efetivamente, no biênio 1942/43 seria lançado ao mar mais do dobro da tonelagem submarina lançada nos três anos anteriores da guerra<sup>13</sup>.

O fim das restrições ao torpedeamento de embarcações norte-americanas deu-se antes mesmo da declaração formal de guerra ao Eixo no dia 8 de dezembro de 1941, um dia após o ataque japonês a Pearl Harbor, Hitler autorizou abertamente o ataque a qualquer navio ostentando a bandeira dos Estados Unidos, bem como a de sete repúblicas centro-americanas e caribenhas (Haiti, República Dominicana, Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Panamá), além do Uruguai. Esta surpreendente conclusão do pequeno país platino por sua atuação com o desgosto pessoal do Führer com a atuação que as autoridades daquele país tiveram na destruição do Encouraçado de Bolso *Admiral Graf Spee* nos meses iniciais da guerra. Tentando escapar da perseguição que lhe era movida por cruzadores britânicos, o vaso alemão buscou refúgio no porto neutro de Montevideú. Acabou sendo posto a pique pela própria tripulação no estuário do Rio da Prata, após ter sido obrigado a deixar o país. No que se refere aos pequenos Estados do Caribe e da América Central, além do natural desprezo dispensado pela cúpula nazista a soberanias tão débeis e dependentes dos Estados Unidos, existia, por trás da ordem para o afundamento de seus navios, um argumento bem mais racional e pragmático. Muitos navios norte-americanos navegavam sob bandeira de países daquela região, em razão de questões técnico-jurídicas relativas às regras do direito marítimo, comercial e trabalhista. Dentre os países cedentes das chamadas “bandeiras de conveniência”, destacava-se o Panamá. Efetivamente, sabendo-se *a posteriori* que todas as nove repúblicas independentes da região declararam guerra aos países do Eixo ainda em dezembro de 1941, antes mesmo dos submarinos alemães iniciarem

sua campanha de destruição em massa nas águas do hemisfério ocidental, pode-se até falar da correção da decisão tomada por Hitler e argumentar, inclusive, sobre o porquê da ausência de Cuba e da Guatemala entre os possíveis alvos da guerra submarina.

A campanha submarina contra a navegação comercial norte-americana nas águas do hemisfério ocidental, ainda que totalmente liberada no início de dezembro de 1941, só seria arquitetada e efetivada a partir de meados de janeiro de 1942, com o deflagrar da operação *Paukenschlag* (Rufar de Tambores), que previa o envio de submarinos para a costa atlântica dos Estados Unidos. O desdobramento da guerra submarina irrestrita, que atingira em 1942 o litoral atlântico das três Américas, teve impacto notável no que concerne à participação na guerra, de fato ou *de juri*, de alguns dos mais importantes Estados latino-americanos. Aí se insere, com especial destaque, o Brasil, dotado da maior frota mercante da região e cuja declaração de guerra liga-se à contumaz destruição de navios brasileiros a partir de fevereiro de 1942.

#### A CAMPANHA SUBMARINA ALEMÃ E A DECLARAÇÃO DE GUERRA DO BRASIL

Particularmente no decorrer de 1942, a guerra submarina encetada contra a navegação comercial aliada, em especial aquela realizada em meio ao litoral das Américas, foi coroada com um sucesso. A Costa Leste dos Estados Unidos transformou-se em verdadeiro paraíso para os ataques de *U-boats*, que ali encontraram abundância de alvos, ao que se juntava um completo despreparo da Marinha de Guerra norte-americana no que se referia à persecução de uma eficaz guerra antissubmarina. A consequência inevitável foi a destruição de um elevadíssimo volume de navios aliados. Durante o ano de 1942, 8,25 milhões de toneladas foram postas a pique no Atlântico, sendo 6,2 milhões resultantes das ações dos submarinos<sup>14</sup>. Se tal índice de destruição fosse mantido nos anos subsequentes, certamente o esforço de guerra aliado estaria comprometido. Não foi sem motivos que durante a Conferência de Casablanca, em janeiro de

1943, britânicos e norte-americanos deram a maior prioridade estratégica à derrota da ofensiva submarina alemã no Atlântico<sup>15</sup>.

Os seis meses contados a partir de meados de janeiro de 1942, data do início da campanha submarina do Eixo no litoral norte-americano, seriam posteriormente denominados pelos submarinistas alemães como “tempos felizes”. No decorrer deste período, os *U-boats* concentraram-se na costa atlântica da América do Norte e, entre janeiro e junho, afundaram 325 navios aliados na região.

Paulatinamente os norte-americanos foram apanhando experiência e, emulando os ingleses, aprimorando suas táticas de guerra anti-submarina. Uma quantidade maior de navios-patrolha foi construída ou adaptada, e aeronaves da força aérea do Exército e da Marinha norte-americana passaram a patrulhar continuamente o litoral dos Estados Unidos. Além disso, a partir de maio, comboios mercantes, protegidos por escoltas navais e aéreas, passaram a ser formados, e navios navegando solitariamente foram se tornando cada vez mais raros na Costa Leste dos Estados Unidos. Tais medidas táticas redundaram na queda do índice de destruição naval na Costa Leste norte-americana, região onde ocorreram quase 70% das perdas no hemisfério no primeiro trimestre do ano.

Assim, à medida que as dificuldades se tornavam maiores para o ataque a comboios mercantes aliados, os submarinistas alemães naturalmente passaram a procurar presas mais fáceis e mares mais ao sul do hemisfério. No segundo trimestre de 1942, na região do Golfo do México e nos mares de Caribe e América Central, ocorreram 146 afundamentos, mais de 70% das perdas aliadas nos litorais americanos nesse período. Isso explica por que o mês de maio foi aquele em que o México declarou guerra aos países do Eixo após o ataque e afundamento de dois de seus navios; foi exatamente nesse mês que a região do Golfo foi mais atingida, configurando-se como a mais vitoriosa para os comandantes de submarinos que atuavam deste lado do Atlântico<sup>16</sup>.

O respeito à não beligerância dos países latino-americanos atrelava-se cada vez mais à gana germânica em estrangular, de

todas as formas a seu dispor, as linhas de comunicação e suprimentos aliadas. Claro está que, implícito nesse raciocínio, verifica-se o fato de que, com exceção do Chile e da Argentina, todos os demais países da região haviam se solidarizado com os Estados Unidos, rompendo suas relações diplomáticas e comerciais com os países do Eixo, no mais tardar em janeiro de 1942, durante a III Reunião de Chanceleres realizada no Rio de Janeiro.

Gradativa e inexoravelmente, o escudo protetor norte-americano foi cobrindo também os mares do Golfo e do Caribe. Para o êxito de tal ação, as Ilhas Britânicas arrendadas em setembro de 1940 aos norte-americanos tiveram capital importância: elas, juntamente com as bases dos Estados Unidos na área (Guantanamo, Key West, San Juan e St. Thomas), possibilitavam às aeronaves de então, com limitações de autonomia de voo, patrulhar e guarnecer, durante um maior lapso de tempo, os mares ao redor. Em junho foi adotada, também nessas águas, a técnica de comboio que, se por um lado diminuía a velocidade de entrega de bens por via marítima, por outro tornava o abate de navios mercantes muito mais difícil.

Não obstante, o padrão anteriormente descrito não se repetiu: ante a adoção de uma tática defensiva eficiente por parte da navegação aliada na região do Caribe e da América Central, os submarinistas alemães vão buscar presas mais ao sul, onde as tripulações mercantes e as forças navais locais, ainda devessem despreparadas para o combate aos submarinos, poderiam fornecer presas mais fáceis e seguras. Vale ressaltar, todavia, que as rotas de comércio da região caribenha, situadas principalmente no Atlântico Sul, como as costas brasileiras, não divisavam comércio marítimo tão abundante e de relevância fulcral. A guerra contra o comércio naval aliado devia ser travada em seu palco principal, o Atlântico Norte, artéria axial de comunicação entre uma aliança constituída por potências situadas dos dois lados deste oceano. Destarte, uma vez que o litoral da América do Norte, tanto quanto o Atlântico Norte nas costas da Europa, passou a apresentar um maior grau de dificuldade de operação, o que represen-

tava maior perigo para os submarinos do Eixo, os *U-boats* voltaram a concentrar-se nos comboios, atacando-os na zona central do oceano, onde ainda não havia cobertura aérea estratégica sistemática, o que possibilitava aos submarinos caçarem suas presas lutando somente contra as forças navais de superfície dos aliados.

A subsidiariedade do Atlântico Sul, todavia, não chegava ao ponto de livrar a área de ataques. Um reduzido, mas ativo, contingente de submarinos continuou operando na região. Além de atraírem os submarinistas do Eixo para o litoral e de abate de navios, os ataques nesse área causavam também um desvio de recursos dos Estados Unidos para a proteção do comércio naval em zona de somenos importância. As baixas navais verificadas no litoral das Américas, durante o segundo semestre de 1942, foram poucas, mais da metade daquelas ocasiões nos primeiros seis meses do ano, o que demonstra finalmente que o extenso litoral do hemisfério ocidental não era mais o alvo prioritário. A maior parte dos afundamentos que aí ocorreram se deram nos mares mais ao sul do Caribe e América Central e, no último trimestre do ano, as costas brasileiras responderam por mais de um terço das perdas hemisféricas do período, malgrado o caráter secundário da região em termos de fluxo naval. Releve acrescentar que, durante todo o ano de 1942, nenhum submarino alemão ou italiano foi destruído ao largo do litoral do Brasil<sup>17</sup>.

É importante observar como o momento e a localização das perdas sofridas pela marinha mercante brasileira durante a guerra estão sincronizados com o padrão de afundamentos no hemisfério ocidental, consoante o acima descrito. Em fevereiro e março, cinco barcos brasileiros foram afundados (*Cabedelo*, *Buarque*, *Olinda*, *Arabutã* e *Cairu*), todos ao largo da costa atlântica dos Estados Unidos<sup>18</sup>. Entre maio e julho, sete navios foram perdidos (Parnaíba, Gonçalves Dias, Alegrete, Pedrinhas, Tamandaré, Piave e Barbacena), todos afundados no Caribe ou em mares adjacentes<sup>19</sup>. A maior parte deles foi perdida em águas próximas às Ilhas de Trinidad y Tobago e Barbados, extremo sul, portanto, da região caribenha. Em agosto foram atacados e destruídos os primeiros navios brasileiros

na costa do país (*Baependi*, *Araraquara*, *Aníbal Benévolo*, *Itagiba*, *Arará* e a barçaça *Jacira*), causa imediata da declaração de guerra brasileira à Alemanha e à Itália. Após a formalização de sua beligerância, o Brasil ainda perderia mais doze navios até fins de outubro de 1943 (*Osório*, *Lajes*, *Antonico*, *Porto Alegre*, *Apalóide*, *Brasilóide*, *Afonso Pena*, *Tutóia*, *Pelotaslóide*, *Bagé*, *Itapagé* e *Campos*)<sup>20</sup>.

O comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano era, em 1942, realmente considerável. Para lá do apoio e alinhamento político, o Brasil comprometera-se, através de tratados, a fornecer uma variada gama de produtos estrategicamente imprescindíveis à indústria e à mobilização militar norte-americana. Além do mais, o Brasil era um elo importante na cadeia existente para o fornecimento de material bélico norte-americano para seus aliados que confrontavam as forças do Eixo na Europa, da África do Norte e até no Extremo Oriente. A presença de militares dos Estados Unidos em bases e aeroportos no Norte e Nordeste do país tornava-se cada dia mais numerosa. O Contra-Almirante Jonas Ingram, comandante da Força-Tarefa 23, mais tarde transformada na Frota dos Estados Unidos (março de 1943), encarregado como missão o patrulhamento de toda a área do Atlântico Sul, possuía à sua disposição, antes mesmo do rompimento das relações diplomáticas do Brasil com o Eixo, os portos de Salvador e Recife, sendo este último escolhido como sede da esquadra. Em fins de maio de 1942, o Presidente Vargas entregou a disposição norte-americana, em caráter informal, o uso das forças aéreas e navais brasileiras fazendo dele, na prática, o responsável pela defesa marítima brasileira<sup>21</sup>. Em maio de 1942 foi divulgado publicamente que pilotos da Força Aérea Brasileira haviam atacado, sem sucesso, submarinos do Eixo, em três ocasiões diferentes<sup>22</sup>. Nos meses intermediários entre o seu rompimento de relações diplomáticas e a sua declaração de guerra, o Brasil estava, em face da Alemanha e da Itália, numa situação que poderíamos qualificar, muito apropriadamente, de quase beligerância.

Por essa razão, a decisão tomada em 16 de maio pelo Alto Comando da *Kriegsmarine*, autorizando o ataque a qualquer navio mer-

cante latino-americano que estivesse armado, com exceção dos argentinos e chilenos, e a ordem emitida em 4 de julho, liberando por completo os navios e a costa brasileira como possíveis alvos para submarinos que, de qualquer forma, já os vinham atacando, são muito menos impressionantes<sup>23</sup>. Os navios brasileiros afundados em 1942 e 1943 somavam mais de 130.000 toneladas de deslocamento bruto<sup>24</sup>. Apesar de representar menos de 1,5% da tonelagem total afundada pelos submarinos alemães de 1942 até o final da guerra, não devemos menosprezar a importância nacional desses valores.

Depois do afundamento de navios no litoral norte-americano em fevereiro/março de 1942, Vargas decretou que todas as embarcações brasileiras se refugiavam nos portos mais próximos. Em consequência, o governo norte-americano urgia a proteção para todos os navios mercantes brasileiros que realizavam viagens entre os dois países. As pressões brasileiras prosseguiram mesmo após os afundamentos ocorridos em agosto nas costas do país, atingindo barcos que efetuavam viagens puramente domésticas. O despreparo material e técnico das Forças Armadas brasileiras para a guerra antissubmarino tornava o país dependente da Marinha de Guerra norte-americana para a proteção de sua frota mercante, mesmo quando esta navegava somente em litoral brasileiro. Ao mesmo tempo, cabe ressaltar a dependência infraestrutural que o Brasil tinha com a sua navegação de cabotagem: como muito bem observa o historiador militar Armando Vidigal, "a navegação de cabotagem era indispensável para o abastecimento do Norte e Nordeste, a única via de comunicação confiável no que ainda era o arquipélago brasileiro"<sup>27</sup>. Entre as mais de 600 vítimas fatais decorrentes dos ataques do U-507 no mês de agosto, incluíam-se mais de cem militares do 7º Grupo de Artilharia de Dorso que, embarcando nos navios *Baependi* e *Itagiba*, deslocavam-se de Salvador para Recife<sup>28</sup>.

A consequência imediata da declaração de guerra brasileira, para os Estados Unidos, foi o crescimento das demandas do governo brasileiro com vistas à entrega de equipamentos e à proteção do comércio naval brasileiro pela Armada norte-ame-

ricana. Os primeiros comboios em águas brasileiras começaram a ser organizados já no mês de setembro<sup>29</sup>. Grande parte deles, no decorrer da guerra, teria como objetivo a proteção do comércio de cabotagem realizado no litoral do País. Isto implicava que recursos norte-americanos, ainda que pequenos se considerarmos o esforço total de guerra dos Estados Unidos, estavam sendo deslocados para operações sem qualquer utilidade, direta ou indireta, para a vitória aliada nos principais *fronts* da guerra. Este era um efeito colateral, positivo para os alemães, do fim das barreiras políticas e diplomáticas à guerra submarina contra a navegação brasileira.

Por isso mesmo, é estranho que o Almirante Dönitz, em suas memórias, lamente e considere um erro político os ataques submarinos alemães de agosto de 1942, possíveis após o fim das restrições a ataques nas costas brasileiras, e que redundou na declaração de guerra do Brasil. No curto espaço de um único parágrafo, ele não apresenta qualquer argumento que possa referendar a sua opinião de que levar o Brasil a declarar guerra oficialmente foi "indubitavelmente um erro". Para isso, o almirante teria que demonstrar quanto o aumento da participação brasileira no esforço de guerra aliado mais do que compensou o incremento na tonelagem mercante aliada afundada pelos submarinos alemães na região, e o desvio de recursos técnicos e humanos dos Estados Unidos para a guerra, em referência completamente subsidiária à guerra total que se travava. Embasados nos fatos e argumentos aduzidos acima, podemos firmemente presumir que não foi o caso.

McCann relata em seu livro que Hitler teria, em transmissão radiofônica de junho de 1942, alertado ao governo brasileiro que o país seria alvo de uma ofensiva submarina. Face ao grau de cooperação existente entre o Brasil e os Estados Unidos, o governo alemão já encarava o país como parte da coalizão inimiga, suspeitando que uma declaração de guerra formal por parte do governo brasileiro estava em gestação, esperando apenas pelo momento mais propício para que viesse à luz. Era preciso antecipar-se aos brasileiros<sup>31</sup>.

Efetivamente, partindo-se do perfil psicológico de Hitler, do seu *modus operandi* político, podemos considerar esta transmissão radiofônica como uma declaração de guerra de fato. A informalidade do ato se coaduna com o próprio *status* político que deveria ser dado a um país periférico de pouco ou nenhum peso político no cenário internacional, consoante o preconceituoso pensamento do dirigente alemão. Seu entusiasmo com o ataque japonês à frota naval norte-americana do Pacífico, sem aviso nem declaração de guerra formal, consoante seu entendimento, devia ser a atitude de uma grande potência, com *élan*, brutalidade e disposição necessárias para vencer uma guerra total, e não, em relação à *blitz* submarina lançada contra o litoral brasileiro que redundou nos fundamentos de agosto.

Sem embargo, a surpresa foi a decisão alemã em atacar de modo sistemático os navios e o litoral brasileiros. A decisão tomada pelo Governo Vargas para a destruição ocorrida no mês de agosto, formalizar o estado de guerra do Brasil com a Alemanha e a Itália, mas a demora de duas semanas em dar este passo. Devemos lembrar que, até fins de julho, doze navios brasileiros haviam sido perdidos por ação direta dos submarinos do Eixo, além de um outro (*Comandante Lira*) já ter sido atacado nas costas brasileiras no mês de maio, conseguindo se salvar, mesmo avariado, graças à intervenção de aviões caça-bombardeiro norte-americanos<sup>33</sup>. Nenhuma das reclamações feitas pelo governo brasileiro, através da embaixada do País em Portugal, recebeu resposta de Berlim.

O reconhecimento da beligerância brasileira, além disso, veio após diversas manifestações públicas pela guerra, ocorridas em várias regiões do País e entre os mais variados e heterogêneos segmentos sociais brasileiros<sup>34</sup>. As grandes manifestações nas maiores cidades brasileiras criaram um clima de união nacional contra a agressão do Eixo, abrangendo desde conservadores antifascistas até comunistas. Em seu discurso de 7 de setembro, Vargas reconheceria a fonte primordial de sua decisão, ao afirmar: "Protestastes com indignação, solicitastes por todas as formas de expressar a vontade

de popular que o governo declarasse guerra aos agressores, e assim foi feito"<sup>35</sup>.

Getúlio autorizou Oswaldo Aranha, no dia 21 de agosto, a enviar notas em que se comunicava aos governos da Alemanha e da Itália que os atos de guerra praticados contra o Brasil haviam criado um estado de beligerância. No dia 31 do mesmo mês, por intermédio do Decreto 10.358, formalizou-se o estado de guerra em todo o território nacional<sup>36</sup>.

A excessiva cautela do governo brasileiro nesta questão pode ser avaliada levando-se em consideração o acontecido com o México. A declaração de guerra mexicana a todos os países do Eixo, em 1<sup>o</sup> de junho de 1942, decisão retroativa a 22 de maio, ocorreu depois do torpedeamento de dois de seus navios-tanque (*Potrero del Llano* e *Faja de Oro*), atacados quando navegavam em águas do Golfo do México<sup>37</sup>. Como no Brasil, também ocorreram no México manifestações populares em prol da guerra. Ainda assim, podemos considerar a atitude do governo mexicano, se comparada à do brasileiro, muito mais determinada e resoluta. Se alguma especificidade pode ser imputada à formalização da beligerância brasileira, esta não se encontra, certamente, sua inesperada realização, mas sim sua longa procrastinação em face das reiteradas agressões perpetradas contra a circulação comercial do Brasil.

De qualquer forma, pode-se perceber que o tempo que decorreu entre as declarações de guerra do Brasil e do México tem forte sincronia com o desmoronar da guerra submarina nas costas do hemisfério ocidental. Como já foi exposto anteriormente, o epicentro dos ataques submarinos, em termos regionais, passou da costa oeste dos Estados Unidos, no primeiro trimestre de 1942, para a região do Golfo e do Caribe, no segundo trimestre do mesmo ano. O litoral brasileiro não possuía fluxo naval comparável com o dessas regiões, mas a partir do segundo semestre do ano ali estariam à disposição dos comandantes de submarinos alemães e italianos presas muito mais fáceis de abater.

Após a declaração de guerra brasileira, doze vasos de bandeira nacional foram postos a pique. Em maio de 1943 as elevadas perdas de submarinos no Atlântico Norte

fizeram com que o Almirante Dönitz ordenasse o abandono destes mares pelos submersíveis alemães. A Batalha do Atlântico estava temporariamente perdida, uma vez que a principal via de comunicação marítima aliada estava totalmente desobstruída, livre de ataques. Os submarinos alemães deviam atuar em águas menos perigosas, até que avanços técnicos e táticos lhes permitissem um regresso seguro ao centro estratégico da batalha<sup>38</sup>. Entre estas regiões, propícias à atividade submarina, estava o Atlântico Sul, com destino para o litoral brasileiro. Mas, nem mesmo esta região era, neste momento, um bom vale para a ação dos submarinos, com muitos obstáculos. O poderio aeronaval dos Estados Unidos já se fazia sentir por todo o Atlântico Sul e suas bases no litoral do Brasil e na Grã-Bretanha e Ascensão tornavam a operação de submarinos nesta área muito mais arriscada. Entende-se, destarte, o sentido da mensagem do comandante do U-466, Capitão Konrad Schmidt, enviada para Berlim em fins de julho de 1942, após seu barco sofrer tenaz caçada aérea ao largo das Guianas e das costas do Amapá e do Pará. “O ar como em Biscaia”, teria mencionado, comparando o nível de patrulhamento e guerra aérea antissubmarino nas costas brasileiras ao existente, naquele momento, na Baía de Biscaia, litoral atlântico francês, local das bases dos *U-boats* que operavam no Atlântico e alvo permanente de patrulhas e ataques aéreos provenientes da Grã-Bretanha<sup>39</sup>. Em julho/agosto de 1943, sete submarinos alemães foram destruídos no litoral brasileiro, todos vítimas de ataques aéreos desferidos por aeronaves norte-americanas baseadas no Brasil (em um deles, aviões da FAB foram corresponsáveis)<sup>40</sup>.

De qualquer modo, ainda que somente 67 navios fossem torpedeados no litoral das Américas por submarinos do Eixo durante todo o decorrer de 1943, valor modesto se cotejado com os números do ano anterior, aproximadamente 50% destes afundamentos ocorreram nas costas brasileiras<sup>41</sup>. Neste ano de 1943, sete navios brasileiros foram afundados ao longo do litoral do país, o que corresponde a mais de 10% das perdas aliadas em toda a área costeira do Novo Mundo<sup>42</sup>. A Batalha do Atlântico podia estar

perdida, mas o fim das restrições à guerra submarina contra os navios e as costas brasileiras era ainda capaz de trazer alguns poucos momentos de satisfação e vitória aos exauridos submarinistas alemães.

Pode-se, destarte, inferir que, frente ao comprometimento brasileiro com o esforço de guerra norte-americano e às demandas próprias de uma guerra submarina total contra o comércio aliado, os afundamentos de navios brasileiros continuariam independentemente de estar ou não o País formalmente em guerra. Como é natural supor que o governo do Rio de Janeiro respondesse politicamente a tais atos reiterados de agressão, a declaração de guerra passa a ser um evento quase certo. Caso não ocorresse em agosto, certamente se materializaria em futuro bem próximo.

A exceção entre as nações latino-americanas foi a Argentina. No mais das vezes, o comércio naval portenho foi poupado pelos submarinos do Eixo, muito embora a maior parte de suas cargas se destinasse à Grã-Bretanha. Praticamente no decurso de todo o conflito, os ingleses dependeram dos argentinos para o suprimento de seu consumo de trigo, milho, linhaça e, especialmente, de carne, necessária tanto para as rações da população civil como das forças armadas do país<sup>43</sup>. Nos meses de abril e junho de 1942, ao largo do litoral dos Estados Unidos, foram torpedeados dois navios argentinos (*Victoria* e *Río de la Plata*), o que causou grande indignação popular, reação semelhante às ocorridas no litoral do Brasil quando também foram vítimas de ataques submarinos. A reação alemã a estes incidentes, todavia, foi bem diferente. Dúcplicas formais foram enviadas, juntamente com promessa de futura reparação pelas perdas materiais sofridas. O governo argentino, por seu lado, ordenou à sua marinha mercante a utilização somente de portos norte-americanos margeando o Golfo do México<sup>44</sup>.

Em julho de 1942, o Ministro das Relações Exteriores alemão, Joachim von Ribbentrop, negou ao Almirante Dönitz autorização para que seus submersíveis operassem no estuário do Rio da Prata, região onde se encontravam navios refrigerados, carregados com carne argentina destinada à Grã-

Bretanha. Ainda que não estivesse sendo demandada a destruição de navios portenhos, a operação de submarinos nas costas do país poderia provocar manifestações de repúdio ao Eixo por parte da opinião pública argentina<sup>45</sup>, comprometendo ainda mais a posição de neutralidade na guerra adotada pelo governo argentino. Depoimento de um sobrevivente do submarino italiano *Archimidi*, destruído no litoral brasileiro em abril de 1943, referenda a real aplicação das ordens que proibiam ataques a navios argentinos. A belonave italiana, operando no setor entre Salvador e Recife, não logrou afundar nenhum navio, mas que tivesse interceptado dois que, usualmente, seriam considerados como argentinos, foram por eles abatidos<sup>46</sup>.

Esta restrição imposta à guerra submarina explica-se pela importância política, para a Alemanha, em manter a Argentina como uma exceção dentro do conceito das nações americanas. Sua posição de neutralidade, ao mesmo tempo em que não podia entrar a construção da hegemonia hemisférica norte-americana causava problemas para o país deste lado do Atlântico, constituía também uma das poucas portas de entrada legal existentes nas Américas para espíões e propagandistas do Eixo, que tinham em suas respectivas embaixadas em Buenos Aires refúgio e quartel general<sup>47</sup>.

Neste único caso, a guerra submarina total no Atlântico, coordenada e implementada pelos alemães, teve de ceder frente a interesses políticos e diplomáticos de maior importância e envergadura. Ousamos afirmar, num exercício especulativo contrafactual, que se a guerra submarina total tivesse sido levada também aos navios e ao litoral portenhos a Argentina certamente teria revertido sua posição de neutralidade à época, por mais independente que fosse a postura do governo em face do papel hegemônico norte-americano no continente. Nenhuma administração sobreviveria às pressões de toda uma sociedade, pressões estas nascidas da contumaz destruição do patrimônio e das vidas nacionais, a menos que articulasse uma resposta condizente com a perpetração de tais atos de agressão. Esta resposta podia ser o rompimento de relações diplomáticas ou mesmo a declaração de

guerra. Mas isto não interessava nem à Alemanha e nem à Argentina.

Para finalizar, queremos abordar e esclarecer uma absurda dúvida histórica que, nascida de boatos ainda dos tempos da guerra, subsiste até nossos dias, pelo menos no imaginário popular. Tal dúvida consiste em saber se os navios brasileiros foram mesmo afundados por submarinos alemães e italianos, ou se a responsabilidade por esses ataques deve ser imputada aos submarinos norte-americanos que, secretamente, afundavam os navios brasileiros atribuindo tais ações ao Eixo, com isso procurando trazer o Brasil o mais rapidamente possível para a guerra. Para esclarecer esta questão, utilizar-nos-emos de uma argumentação tanto dedutiva como empírica.

Em razão de participação e compromisso do governo brasileiro com o esforço de guerra norte-americano em 1942, é difícil imaginar por qual motivo os Estados Unidos se arriscariam a uma empreitada dessa natureza (afundar navios brasileiros), o que, em caso de descoberta, comprometeria deveras toda a estreita relação existente entre os dois países, construída por seus governos nos últimos anos. Não somente o General Góes Monteiro, tido como germanófilo, já expressara muito pragmaticamente para Vargas a necessidade de se alinhar com os Estados Unidos, como o próprio ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, homem de alta confiança do presidente brasileiro, em um articulador desse alinhamento. Aranha, devido às suas posições pró-americanas, foi inclusive, alvo de um complô para assassiná-lo, planejado pela Gestapo<sup>48</sup>.

Tal fato ocorrera às vésperas da Conferência do Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, da qual resultou o rompimento de relações com os países do Eixo. A polícia brasileira, com a cooperação do FBI e do serviço secreto britânico, fizera uma operação de varredura na qual foram capturados 36 agentes alemães, italianos e japoneses. Atirando no que viu, a polícia acertou o que não vira: Franz Wasa Jordan, agente especial alemão, de periculosidade então insuspeitada. Um submarino o trouxera até o litoral brasileiro, onde foi transferido para navio mercante alemão e

desembarcado no Rio de Janeiro. Instalado em Santa Teresa, aguardava o momento propício para desempenhar a sua missão – assassinar o Chanceler Oswaldo Aranha.

Franz Jordan recebera, diretamente das mãos do *Reichsführer* SS Heinrich Himmler, dinheiro e detalhadas instruções para a eliminação do ministro brasileiro. Esperava-se que o trauma causado pelo atentado, na semana anterior à inauguração da conferência, pudesse frustrar a sua realização. A varredura policial abortara o atentado. A pistola assassina não mudou o rumo dos acontecimentos. As advertências formuladas pelos três Embaixadores do Eixo quanto a qualquer tomada de posição ostensiva contra eles foram vigorosamente rechaçadas pelo Itamaraty.<sup>49</sup>

Como se pode ver, pelas atitudes dos governos do Eixo, pelas próprias tendências dentro do governo brasileiro e pelas ações concretas por este efetivadas em termos de esforço de guerra norte-americano, não havia sentido nenhuma ação para consertar o que já estava consolidado.

Além disso, nunca é demais lembrar que os Estados Unidos, em 1942, lutavam em outra guerra no Pacífico contra os japoneses. Assim, os seus submarinos eram extremamente necessários naquele gigantesco teatro de operações, atuando em conjunto com os navios de superfície em vários embates contra a Marinha de Guerra imperial japonesa e, principalmente, empreendendo, desde o primeiro dia da guerra, ataques contra o comércio naval japonês naquele oceano, nos mesmos moldes dos realizados pelos alemães no Atlântico contra os navios mercantes aliados. Resumidamente, portanto, o afundamento de navios brasileiros por submarinos norte-americanos seria, naquele momento, um ato de completa irracionalidade política.

As evidências empíricas só fazem corroborar este raciocínio. Além dos arestos do Tribunal Marítimo do Brasil, há farta documentação a respeito da guerra submarina empreendida pela *Kriegsmarine* na *Bibliothek für Zeitgeschichte*, em Stuttgart, na Alemanha, onde se encontram os relatórios de bordo de vários submarinos envolvidos na ofensiva do Atlântico Sul. O Almirante Dönitz, numa

narrativa mais abrangente sobre a guerra no Atlântico, faz menção específica ao submarino e comandante alemães (U-507, Capitão de Corveta Schacht) que afundou navios brasileiros em agosto de 1942, levando o Brasil formalmente à guerra<sup>50</sup>. Se o comandante da frota de submersíveis alemães admite, sem maiores problemas, a responsabilidade alemã pelos ataques aos navios brasileiros, acreditamos já ser mais do que o momento de sepultar de vez qualquer hipótese esdrúxula que intente atribuir à ação militar norte-americana a culpa pelas perdas navais brasileiras.

## CONCLUSÃO

É primordial que o nexos causal que redundou na declaração de guerra brasileira seja descrito e compreendido adequadamente. No inverno de 1941/42, a Alemanha, diante da impossibilidade de vencer os soviéticos com uma ofensiva rápida e potente, e agora também formalmente em guerra com os Estados Unidos, decidiu preparar-se para a perspectiva de um conflito de longa duração. Uma das decisões fundamentais com essa nova realidade estratégica foi a de aumentar a produção de submarinos para, com eles, empreender uma campanha irrestrita contra todo o comércio naval aliado, aí se incluindo toda a região litorânea da América do Norte como um alvo bastante promissor.

No decorrer do primeiro semestre de 1942, uma grande quantidade de navios foi destruída na costa leste dos Estados Unidos, golfo do México e nos mares ao redor do Caribe e da América Central. A principal tática para o afundamento de navios mercantes era, com o passar do tempo, cada vez proporcionalmente maior quanto mais os submarinos fossem operar em águas ao sul do hemisfério. A partir do segundo semestre, as costas brasileiras, malgrado o pequeno volume de comércio naval, se apresentavam como área bastante propícia para a ação dos submarinos, na qual as embarcações mercantes podiam ainda ser fácil e seguramente atacadas. Em termos adstritos à guerra submarina, era interessante operar na região e ter elencados, como prováveis alvos, o maior número de navios possível, o

que certamente incluía navios brasileiros, integrantes da maior frota mercante de toda a América Latina.

O Brasil, após o rompimento de relações diplomáticas com os países do Eixo, fornecia aos norte-americanos “apoio político, materiais estratégicos, bases e rotas aéreas, patrulhas aéreas e navais e eliminação da quinta coluna<sup>51</sup> nazista”, consoante nos esclarece Gerson Moura<sup>52</sup>. Esta situação era decorrente da necessidade norte-americana de se preparar da melhor forma possível para a guerra iminente e imediatamente após o seu rompimento formal, em 1940 e 1941. Politicamente, portanto, não havia qualquer

óbice substancial para o governo alemão que o levasse a vetar os navios e o litoral brasileiros como possíveis alvos para os seus submarinos. Em junho/julho de 1942 eles foram, de fato, liberados, e os afundamentos de agosto seriam apenas os primeiros de uma série de outros que ocorreriam na região. Como é esperado que o governo de qualquer país que se pretenda minimamente soberano e independente reaja formalmente a agressões dessa natureza, podemos afirmar, destarte, que uma declaração de guerra brasileira à Alemanha era, a partir de junho/julho de 1942, o evento que se sucederia com naturalidade.

## BIBLIOGRAFIA

- BELOT, R. de. *A Guerra Marítima no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Record, 1969.
- DÖNITZ, Karl. *Memoirs*. Cleveland, Pocket Books, 1958.
- DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1968.
- GABAGLIA, A.C. Raja. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1955.
- HUMPHREYS, R. A. *Latin America and the Second World War*. Londres, Athone, 1982.
- LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia: setembro 1939 – novembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980.
- McCANN, Frank D. *A Aliança Brasil-Estados Unidos 1937-42*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995.
- MILWARD, Alan S. *War, Economy and Society – 1939-1945*. Berkeley, University of California Press, 1979.
- MOURA, Gerson. “O Brasil na Segunda Guerra Mundial – 1942-1945”. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa)*. São Paulo, Edusp, 1996.
- RAEDER, Erich. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1957.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985.
- WEINBERG, Gerhard L. “Pearl Harbor: The German Perspective”. In: Gerhard Weinberg, *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994.

<sup>1</sup> O *Baependi*, navio do Loyd Brasileiro de 4.801 toneladas viajava de Salvador a Recife em 15 de agosto de 1942 com 73 tripulantes e 232 passageiros quando, cerca das 19h, no litoral de Sergipe, foi torpedeado pelo submarino U-507, comandado pelo Capitão de Corveta Harro Schacht, redundando na morte de 55 tripulantes e 214 passageiros. Às 21h do mesmo dia, a embarcação do Loyd Brasileiro *Araraquara*, a 120 milhas ao largo de Aracaju, foi atacada e afundada pelo mesmo submarino alemão, sendo que de seus 74 tripulantes e 68 passageiros foram vitimadas 59 pessoas. Às 4h5m. de 16 de agosto foi a vez do navio *Aníbal Benévolo*, afundado igualmente pelo U-507 no litoral de Sergipe, redundando na morte de 67 dos 71 tripulantes e de todos os 83 passageiros. No dia 17 de agosto, às 10h55m, no litoral da Bahia, o mesmo U-507 torpedeou e afundou o *Itagiba*, que se dirigia do Rio de Janeiro para Recife, redundando na morte de 9 dos 60 tripulantes e no perecimento de 30 dos 121 passageiros. O vaso *Arará* viajava no sentido contrário ao do *Itagiba*, navegando de Salvador para o porto de Santos quando, às 11:00 h. do mesmo dia 17 de agosto, avistou os destroços do *Itagiba* e acercou-se na tentativa de resgatar sobreviventes: foi também atingido por torpedo disparado pelo U-507, sendo vitimados 20 dos 35 tripulantes. A última vítima brasileira do comandante Schacht e seu U-507 foi a barçaça *Jacira*, de 89 toneladas, afundada a tiros de canhão e rajadas de metralhadora no dia 19 de agosto por volta das 2h, no litoral baiano entre Ilhéus e Itacaré. No caso do *Jacira*, o inquérito instaurado no Tribunal Marítimo para apurar os fatos acabou redundando em punição ao seu proprietário, o mestre do porto Hilário dos Santos, uma vez que largara do porto sem autorização da capitania dos portos, transportando passageiros clandestinos, havendo, além disso, indícios que tivesse abastecido o submarino alemão, sendo a embarcação afundada para encobrir o crime. Ver no Arquivo do Tribunal Marítimo os Processos nº 668/42 (*Baependi*, 688/42 (*Araraquara*), 685/42 (*Aníbal Benévolo*), 671/42 (*Itagiba*), 670/42 (*Arará*) e 737/42 (*Jacira*).

<sup>2</sup> O termo *Wetterwacht* designa o conjunto das forças armadas alemãs, isto é, Exército, Marinha de Guerra e Força Aérea.

<sup>3</sup> A palavra *blitzkrieg* (para o empago), no jargão militar alemão, designava a organização de campanhas militares empreendidas com muita mobilidade e rápidas conquistas territoriais, engolfando os exércitos inimigos, ultrapassando-os e destruindo-os logo depois os conquistando. Para tal, faziam uso intensivo de forças mecanizadas e artilharia móvel, apoiadas maciçamente pela aviação aérea, uma vez que o controle do espaço aéreo tornava-se crucial nestas ofensivas. Seus criadores e principais propagadores foram jovens oficiais gerais do Exército alemão, como Heinz Guderian, Erwin Rommel, Hans von Arnim e Hasso von Manteuffel.

<sup>4</sup> LUKACS, John. *A Última Guerra Europeia: novembro 1939 – dezembro 1941*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1980, p. 257-258.

<sup>5</sup> MILWARD, Alan S. *War, Economy and Growth since 1914*. Berkeley, University of California Press, 1979, pp. 23-26.

<sup>6</sup> Nome que designa a Marinha de Guerra Alemã.

<sup>7</sup> O rápido programa de construção, esboçado para estar completo em seis anos, previa, além do lançamento de dezenas de navios menores (cruzadores, contratorpedeiros), a construção de seis superencouraçados (deslocamento de 56.000 toneladas) e de dois porta-aviões de grande quadra. Ver HUMBLE, Richard. *A Marinha Alemã – A Esquadra de Alto-Mar*. Rio de Janeiro, Editora Reclus, 1974, p. 34.

<sup>8</sup> RAEDER, Erich. *My Life*. Londres, Penguin Books, 1950, p. 137.

<sup>9</sup> Idem, p. 187.

<sup>10</sup> A invasão de 22 de junho de 1941 foi realizada por mais de 150 divisões, com um total aproximado de 210 Divisões disponíveis. Durante todo o transcurso da guerra, o compromisso tático alemão naquela frente será sempre majoritário. Segundo estatísticas do Exército Vermelho, dos 13,6 milhões de baixas e prisioneiros alemães feitos durante toda a guerra, 10 milhões ocorreram na frente oriental. Ver ZHUKOV, Georgii. *As Grandes Guerras*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1971, p. 464 e KENNEDY, Paul Kennedy, *Ascensão e Queda das Grandes Potências: Transformação Econômica e Conflito Militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro, Campus, 1989, p. 346.

<sup>11</sup> Força Aérea Militar Alemã.

<sup>12</sup> Erich Raeder, Op. Cit., p. 266.

<sup>13</sup> BELOT, R. de. *A Guerra Aeronaval no Atlântico (1939-1945)*. Rio de Janeiro, Record, 1995, p. 2. Anexo: Construção de Submarinos Alemães durante a Guerra.

<sup>14</sup> GABAGLIA, A. C. Raja. *Poder Marítimo nas Duas Guerras Mundiais (1914-1918 – 1939-1945)*. Rio de Janeiro, Imprensa Naval, 1953, p. 363-365.

<sup>15</sup> WEINBERG, Gerhard L. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, p. 380.

<sup>16</sup> DESCH, Michael. *When the Third World Matters: Latin America and United States Grand Strategy*. Baltimore, Johns Hopkins University Press, 1993, p. 74.

<sup>17</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. *Dias de Guerra no Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1968, p. 293.

<sup>18</sup> O *Cabedelo* foi a pique torpedeado pelo submarino italiano *Leonardo da Vinci* ao largo das Antilhas – Arquivo Histórico do Itamaraty, telegramas do MRE para a embaixada em Washington NP 112 de 23/03/1942 e NP 117 de 27/03/1942. O *Buarque* foi torpedeado a 60 milhas náuticas do Cabo Hatteras pelo submarino alemão *U-432*, comandado pelo Capitão Schultze – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 708/42. O *Olinda* foi afundado na costa do estado norte-americano da Virgínia pelo mesmo *U-432* – Processo nº 712/42 do Tribunal Marítimo. O *Arabutã* foi atacado ao largo do Cabo Hatteras, sendo afundado pelo submarino alemão *U-155*, comandado pelo Capitão Pie-ning – Processo nº 669/42 do Tribunal Marítimo. O *Cairu* foi torpedeado e afundado a 130 milhas náuticas de Nova York pelo submersível alemão *U-94* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 689/42.

<sup>19</sup> O *Parnaíba* foi torpedeado pelo *U-162* sob o comando do Capitão Wartenberg na altura de Barbados – Processo nº 686 do Tribunal Marítimo. O *Gonçalves Dias* pelo submarino alemão *U-502* sob o comando do Capitão Rosenstiel, sendo afundado ao largo de Key West – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Alegrete* foi atacado ao largo de Santa Lucia pelo submarino *U-156*, comandado pelo Capitão Hartenstein – Processo nº 677/42 do Tribunal Marítimo. O *Pedrinhas* foi vítima do ataque do submarino *U-203*, sob o comando do Capitão Mültzelburg, ao largo de Porto Rico – Processo nº 679/42 do Tribunal Marítimo. O *Tamararé* foi atacado e afundado pelo *U-66* ao largo de Port of Spain – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 767/42. O *Plave*, ao largo da Ilha de Tobago, foi

torpedeado pelo *U-155* – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 766/42. O *Barbacena* foi igualmente atacado ao largo de Tobago, sendo afundado pelo submarino *U-66*, sob o comando do Capitão Markworth – Tribunal Marítimo, Processo nº 764/42.

<sup>20</sup> O *Osório* foi torpedeado no litoral do Pará a 27/09/1942 pelo submarino *U-514* sob o comando do Capitão Auffermann – Tribunal Marítimo, Processo nº 699/42. Ainda no mesmo dia e local e pela mesma belonave, foi afundado o navio *Lajes* – Tribunal Marítimo, Processo nº 698/42. O *Antonico* foi atacado a 28/09/1942 ao largo da Guiana Francesa pelo submarino *U-516* sob o comando do Capitão Wiebe – Tribunal Marítimo, Processo nº 701/42. O *Porto Alegre* foi torpedeado ao largo de Durban, na África do Sul, pelo *U-504*, comandado pelo Capitão Poske, em 03/11/1942 – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 705. O *Apalóide* foi atacado pelo *U-163* no dia 22/11/1942 ao largo da Venezuela – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 734/42. O *Brasilóide* foi afundado a 18/02/1943 a 5 milhas do litoral de Sergipe pelo *U-518* sob o comando do Capitão Wissmann – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 744/43. O *Afonso Pena* foi atacado a 02/03/1943 pelo submarino italiano *Barbarigo*, comandado pelo Capitão Rigoli, e afundado no litoral da Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 765/43. O *Tutóia* foi afundado no litoral de São Paulo em 31/07/1943 pelo submarino alemão *U-513*, sob as ordens do Capitão Guggenberger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 817/43. O *Pelotaslóide*, na foz do Rio Pará, a 04/07/1943, foi torpedeado pelo submarino *U-590* sob as ordens do Capitão Krueger – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 883/43. O *Bagé*, no litoral de Sergipe, em 11/07/1943, foi posto a pique pelo submarino *U-185*, comandado pelo Capitão Maus – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 839/43. O *Itapagé* foi torpedeado no litoral de Alagoas a 26/09/1943 pelo submarino alemão *U-671*, comandado pelo Capitão Albrecht Achilles. Este submersível seria depois afundado por aviões caça-submarinos do esquadrão norte-americana VP-74, baseados em Salvador/Bahia – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nºs 871 e 872. O *Empoos* foi o último navio mercante brasileiro destruído por ação de submarinos do Eixo. Ele foi afundado a 23/10/1943 ao largo do litoral de São Paulo pela belonave *U-170*, comandada pelo Capitão Pfeffer – Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 905/43.

<sup>21</sup> McCANN, Frank L. *Aliança Brasileira 1937-45*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1995, p. 222.

<sup>22</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz, Op. Cit., p. 171.

<sup>23</sup> DÖNITZ, Karl. *Memoirs*. Cleveland, World Books, 1958, p. 239.

<sup>24</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*. Rio de Janeiro, Bibliex, 1985, p. 87.

<sup>25</sup> GABAGLIA, A.C. Raja, Op. Cit., p. 363-381.

<sup>26</sup> HUMPHREYS, R.A. *Latin America and the Second World War*. Londres, Athone, 1982, Vol. II, pp. 65-66.

<sup>27</sup> VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira, Op. Cit., p. 171.

<sup>28</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processos nºs 658 e 671/42.

<sup>29</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz, Op. Cit., p. 171.

<sup>30</sup> DÖNITZ, Karl, Op. Cit., p. 252-253.

<sup>31</sup> McCANN, Frank, Op. Cit., p. 222-223.

<sup>32</sup> WEINBERG, Gerhard L. "Pearl Harbor: The German Perspective". Gerhard Weinberg, *Germany, Hitler & World War II*. New York, Cambridge University Press, 1995, p. 10.

<sup>33</sup> Arquivo do Tribunal Marítimo, Processo nº 663/42.

<sup>34</sup> McCANN, Frank, Op. Cit., pp. 230-231.

<sup>35</sup> Site do CPDOC/FGV, Arquivo Getúlio Vargas, GV rem 1930.1.

<sup>36</sup> SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no Continente – O Ciclo Vargas – Vol. XII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, p. 383.

<sup>37</sup> HUMPHREYS, R.A., Op. Cit., p. 40-41.

<sup>38</sup> WEIMBERG, Gerhard L. *A World at Arms: A Global History of World War II*. New York, Cambridge University Press, 1994, p. 382.

<sup>39</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. Cit., p. 249-250.

<sup>40</sup> Idem, p. 293.

<sup>41</sup> Ibidem.

<sup>42</sup> GABAGLIA, A.C. Raja. Op. Cit., p. 436.

<sup>43</sup> HUMPHREYS, R.A. Op. Cit., p. 139, 159-160.

<sup>44</sup> Idem, p. 136.

<sup>45</sup> DÖNITZ, Karl. Op. Cit., p. 239-240.

<sup>46</sup> DUARTE, Paulo de Queiroz. Op. Cit., p. 227-228.

<sup>47</sup> Com o rompimento de relações diplomáticas do Chile com os países do Eixo, em janeiro de 1942, a Argentina tornou-se o único Estado americano a manter legações diplomáticas e consulares desses países. HUMPHREYS, R.A. Op. Cit., p. 116.

<sup>48</sup> Gestapo era a sigla de *Geheim Staats Polizei*, a tão temida polícia política do III Reich, chefiada por Hans Muller, e supervisionada diretamente pela SS e por seu chefe, Heinrich Himmler.

<sup>49</sup> Estas informações vieram a público pela primeira vez graças à diligência investigativa do jornalista Murilo Melo Filho. Ver MELO FILHO, Murilo. *Testemunho Político*, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1998, p. 71-72.

<sup>50</sup> DÖNITZ, Karl. Op. Cit., p. 252.

<sup>51</sup> O termo quinta coluna teve origem na guerra civil espanhola quando o generalíssimo Franco, avançando contra Madri com quatro colunas de tropas, referiu-se à ação de uma quinta, dentro da cidade atacada, composta por simpatizantes da causa legionária.

<sup>52</sup> MOURA, Gerson. "O Brasil na Segunda Guerra Mundial – 1942-1945". In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon de (org.). *Sessenta Anos de Política Externa Brasileira 1930-1990, Vol. I, Crescimento, Modernização e Política Externa*. São Paulo, Edusp, 1996, p. 99.